



VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) – Comunicação de Líder: Eu quero saudá-lo, Ver. Pujol, vice-Presidente da Casa, comandando os trabalhos. Quero aproveitar estes cinco minutos até para que tenhamos quórum para começarmos a Ordem do Dia, que é muito importante, nós precisamos votar os projetos para não acumularem até o final do ano. Quero me referir, e deu muita coincidência, eu, quando fui deputado, fui duas vezes presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia. E essa questão de

emancipação, com esta comissão que fazíamos a intermediação com os municípios. Naquela oportunidade, quando deputado, a comissão da qual eu era presidente, teve a ideia de fazer um projeto, já que não havia emancipações, permitidas pelo governo federal, e só o governo federal pode permitir, aí depois, sim, os estados podem agir. Criei um projeto que dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, nos termos do art. 18, e assim vai. Quero ser bem simples. Para vocês terem uma ideia, naquela oportunidade, quem fazia essas emancipações, já que não havia GPS – hoje nós temos o GPS –, quem fazia era o Exército; que media. E nós chegamos à conclusão de fazer uma anexação. A escola e o território pertenciam à Capela de Santana, mas a escola e a área eram coladas, a população era de São Sebastião do Caí, e a divisão era num campo de futebol. Eu me lembro bem, São Martinho. Nós tratamos, a lei permite que se faça anexação. Ou seja, Capela de Santana concordou que ela não tinha mais condições de ir até lá e dar toda infraestrutura para aquela região, São Martinho, e São Sebastião do Caí entenderam e aceitaram que devia ficar com aquela área anexada. Ou seja, uma área que pertencia à Capela de Santana, longe da base do município, acabou pertencendo, por anexação, num acordo entre as duas câmaras de vereadores, preenchendo todos os requisitos necessários. Ela se tornou o que, na prática, já era, mas aí se tornou legalmente de São Sebastião do Caí. O que o governo federal quer fazer agora vem ao encontro disso que já fazíamos, tem essa lei na Assembleia, de minha autoria, na Comissão de Assuntos Municipais, aprovada por unanimidade, por todos os deputados. Portanto, se quiserem fazer, já tem até lei de anexação, de incorporação, de fusão de municípios. Não existe mais, no Brasil, atualmente, a possibilidade de emancipação. Aqui temos 497 municípios, sabem quantos municípios existem sem asfalto? Cinquenta e sete municípios. Quando era deputado, eram cento e

poucos. Tem 57 ainda, sem condições de fazer, porque o governo não tem dinheiro. O município de Garruchos se iludiu com a Garabi, a conversora de energia elétrica, achou que ia ficar rico, são 60 quilômetros, aproximadamente, um pedaço pertencia a São Borja, outro pedaço, a São Luiz, outro pedaço, a Santo Antônio, e assim vai. Se emancipou, mas não ficou rico, não conseguiu aquilo que pensava conseguir, através da conversora de energia elétrica, enriquecer. A cidade está pobre e tem 60 quilômetros de chão batido. Volto a frisar, naquela época, não tinha GPS, hoje tem GPS. Eu acredito que essa lei, e foi uma ideia, não é conclusa, tem que voltar para as assembleias dos estados e, aí, sim, analisar caso a caso por que esses 57 municípios não têm asfalto? Será que vão ter?... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Para concluir, Ver. Pujol, então, isso prova que a lei já está pronta há muito tempo na Assembleia para, numa eventualidade de incorporação, de fusão, analisando caso a caso... E olha que nós, nós somos municipalistas, mas tem questões que não deram certo em que há a necessidade de incorporação e de fusão, como já tem o projeto daquela época quando fui deputado por duas vezes. Isso é bom para os municípios. Tem município que não tem 10% da sua arrecadação própria, é o que está dizendo, mas o governo não está impondo, é bom entender! Ele está dando a possibilidade de tratar a situação nas assembleias, no Parlamento, na Câmara Federal, nas assembleias em que, naturalmente, regem as leis estaduais e prova que nem tudo é o certo. Tem municípios que deram certo, outros não deram certo, e essa é... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Texto sem revisão final.)